

Dívida Pública

Fernando Henrique defende ajuste maior para os estados

18 OUT 1996

O GLOBO

Mário Covas acha que o recado não é dirigido a São Paulo

Hilton Hida, Maria Luiza Abbott
e Waldomiro Junior

• SÃO PAULO, BRASÍLIA E SALVADOR. O Governo federal não está disposto a renegociar as dívidas dos estados sem que os governadores promovam ajustes no orçamento e reduzam os gastos.

— Quando os estados se ajudam, nós ajudamos. Quando não se ajudam, fica difícil — afirmou Fernando Henrique, em visita ao Palácio Bandeirantes.

O governador de São Paulo, Mário Covas, no entanto, afirmou que o ajuste dos estados não foi discutido ontem após a cerimônia de criação do Pólo Petroquímico do Planalto Paulista, em Paulínia. Covas disse que a reação do presidente à decisão dos governadores não foi um “recado”, porque o presidente, quando quer, fala diretamente.

Os governadores querem renegociar dívidas dos seus estados com o Tesouro Nacional, incluindo as que fazem parte de um acordo de alongamento fechado

em 1993, mas nem todos têm os mesmos problemas e está difícil chegar a uma proposta comum.

Os estados estão divididos em grupos com tipos de endividamento, processos de ajuste fiscal e necessidades diferentes.

Estados não conseguem fazer proposta conjunta

As diferenças começam entre estados que têm dívidas com aqueles que não têm, como Ceará, Bahia e Paraná, que, graças a programas de austeridade anteriores, têm uma situação equilibrada, sem débitos significativos. Depois, vêm os estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que começaram processos de ajuste fiscal desde a posse dos atuais governadores. Os três, pelo menos, estão a caminho de uma solução para seus problemas, podendo arcar com a renegociação apenas da dívida mobiliária (em títulos), nos termos acertados com o governo federal, sem mexer no restante dos débitos.

Há ainda um terceiro grupo, incluindo Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que está num processo mais atrasado de ajuste, mas que está resolvendo seus problemas diretamente com a equipe econômica.

O quarto e o quinto grupos têm situações mais complicadas, como é o caso de Piauí e Paraíba, que querem perdão de todas as dívidas, mesmo sem terem começado qualquer processo de ajustamento das contas, nem mesmo programas efetivos de privatização. Ou ainda, São Paulo, que tem a maior dívida mobiliária acima de R\$ 17 bilhões e um débito de R\$ 18 bilhões com o Banespa.

Em Salvador, o vice-presidente do Banco Mundial (Bird) para a América Latina e Caribe, Shahird Burki, informou que o banco vai priorizar seus financiamentos aos estados empenhados em executar programas para equilibrar suas finanças. Ele citou como exemplos a Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Sul. ■